

Justiça na Economia | 15 ? Uma política para a Cultura

29 de Maio, 2011 - 14:46h

O Bloco apresenta a sua 15.^a proposta: uma política para a cultura, sem subserviência nem favorecimento e garantir a existência de uma rede de bibliotecas públicas coerente e integrada. Este domingo, em Serralves, Francisco Louçã e Catarina Martins defenderam a estratégia de "um serviço público na Cultura".

Na manhã deste domingo, Francisco Louçã e Catarina Martins visitaram Serralves, no Porto, e aí anunciaram a 15.^a proposta do Bloco: "uma política para a cultura, sem subserviência nem favorecimento e garantir a existência de uma rede de bibliotecas públicas coerente e integrada".

Francisco Louçã visitou a Fundação de Serralves acompanhado dos candidatos e das candidatas pelo círculo eleitoral do Porto e elogiou o trabalho extraordinário desta instituição que demonstra como "a cultura em Portugal se pode expandir criando serviços públicos e respondendo às pessoas". O coordenador da Comissão Política do Bloco defendeu um Ministério para a Cultura e lembrou também que a Fundação de Serralves sofreu um "corte do apoio público à colecção, que passou para zero".

A candidata número dois pelo distrito do Porto, Catarina Martins, alertou para o facto do orçamento do Ministério da Cultura estar "reduzido a uma tal insignificância que não é possível depois ter uma política consistente". A candidata frisou a "importância de desenvolver os serviços públicos da cultura", de forma a garantir o seu acesso à população com a qualidade desejável.

"Os investimentos têm que ir muito para além do betão", defendeu, "é necessário acabar com esta ideia de o governante do momento, o autarca do momento, o ministro do momento que dá ou não umas benesses à cultura". "Temos que ter uma ideia de uma estratégia de longo prazo", "uma ideia de serviço público", rematou.

As propostas do Bloco para "uma nova política para a Cultura":

- Bibliotecas públicas em todo o território com garantia de acesso gratuito, horários alargados e projectos de formação e teatros e cine-teatros em funcionamento em todo o território, garantindo programação plural e regular, com financiamento plurianual e responsabilidades de apoio à criação local e circulação de programação nacional e internacional.
- Implementação de serviços educativos, de ligação à comunidade e mediação cultural nos equipamentos públicos de cultura - bibliotecas, teatros e cine-teatros, museus e

monumentos - com actividade contínua e regular.

- Promoção da articulação em rede dos equipamentos, a nível nacional (rede de bibliotecas públicas, rede de teatros, rede de museus) e municipal (rede de equipamentos culturais e educativos).


- Levantamento do património cultural material e imaterial e criação de estratégias a prazo da sua promoção e disponibilização online das obras da cultura portuguesa que estejam em domínio público.

- Valorização das associações culturais, com criação de estatuto de dirigente associativo, mecanismos transparentes de financiamento da sua actividade e de acesso aos equipamentos públicos.

 [Justiça na Economia | Proposta 15 - Cultura](#) ^[1]

Anexo

Tamanho

 PROPOSTA 15: Uma Política para a Cultura.pdf ^[2]	167.9 KB
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/justi%C3%A7a-na-economia-15-%E2%80%93-uma-pol%C3%ADtica-para-cultura>

Ligações:

[1] <http://www.youtube.com/watch?v=zY2RzpZZUsA>

[2] http://www.esquerda.net/sites/default/files/PROPOSTA_15_-politica_cultura.pdf